



Brazlândia aos 51 anos, e não aos 50, como muitos pensavam

Testemunho de quem sabe

Depois de 54 anos como tabelião do Cartório do 1º Ofício de Registros e Notas de Luziânia, Joaquim Gilberto atualmente lá permanece, "para dirimir as dúvidas surgidas em casos especiais". Com 89 anos, memória assombrosa, ele confirma o depoimento de Gelmires Reis transpondo a névoa ténue que separa o presente do passado, relembrando os mesmos acontecimentos posteriores à Revolução de 30, o intendente público, Americano do Brasil e sua trágica morte. Nas instalações do cartório mostra um livro raro, de 1805, com o registro da escritura das terras da Fazenda Papuda, em Brasília, onde é localizada a penitenciária, perfeitamente conservado, caligrafia esmerada, onde as pautas das folhas sumiram no tempo, mas não a tinta, que permanece indelével.

Quando em 1935 o Distrito de Brazlândia foi extinto, outro livro de escrituras chegou às suas mãos, para ser arquivado, relacionado à hoje cidade-satélite. A primeira vez que visitou a região da Fazenda Chapadinha — donde se originou Brazlândia — foi para fazer um inventário de um fazendeiro abastado, Coletto de Moraes Sarmento. Este, ao lavar o rosto numa pia, teve seu revólver disparado, atingindo os rins e provocando sua morte. Os acontecimentos estão frescos, e a repórter acompanha as cenas contadas como num filme, tal a exatidão de detalhes de nomes dos componentes da caravana que durou três dias de viagem, a cavalo, com os conseqüentes pernoites.

Aliás, o fato vale a pena ser registrado. Ao chegarem à Fazenda Barrinhas, eles foram recebidos na porteira pelo padre Domingos de Moraes Sarmento, irmão do falecido, que, aliás, os havia chamado. Ele estava bêbado, e tinha um copo e uma garrafa de conhaque Macieira. No trajeto, passaram pela Fazenda Chapadinha, onde Carlos Prestes e sua Coluna tinham acabado de passar, e Joaquim ficou deslumbrado com o panorama, "tudo cenvidando para o estabelecimento de uma cidade, bem servida de água e com uma planura imensa". O mais interessante ainda é que no dia seguinte, com o início dos trabalhos do inventário, o padre Domingos, "exaltado e destemido", estava sóbrio, prestando

todas as informações atinentes ao assunto.

No desenrolar da reportagem, Joaquim Gilberto, no presente, é uma das pessoas mais influentes na cidade de Luziânia. A todo momento alguém intercepta seu caminho para buscar conselhos sobre planos a seguir. Tranquilamente, dispõe-se a acompanhar-nos até a prefeitura, único local em que as dúvidas seriam definitivamente afastadas quanto à data do decreto de criação de Brazlândia, em 32. Estabelecimento em que foi recebido como rei, com todas as manifestações de respeito e carinho.

Prestimoso, o vice-prefeito, Edimar Braz, descendente da família pioneira. Apresentações de ambos os lados e Joaquim Gilberto explica o que desejamos — ver o Decreto-lei nº 55, de 15 de abril de 1932. O prefeito Orlando Roriz estava ocupado na Câmara, atendendo ao secretário de Educação de Goiás, Ademar Santillo, que visitava a localidade. Imediatamente Edimar Braz colocou o arquivo à disposição da reportagem.

Difícil foi localizar o livro relativo ao período. Presumia-se que ele estivesse no arquivo morto, transladado recentemente para a antiga prisão da cidade. Finalmente encontrado, a decepção. Havia 149 folhas extraviadas, justamente relativas de 1930 a 1932. Os decretos assinados inexplicavelmente sofreram uma interrupção com algumas folhas em branco. A seguir há apenas registros de caminhões. A continuação compreendia depois agosto de 1932.

Debruçado sobre o imenso livro de registro civil, a autoridade no assunto, Joaquim Gilberto, faz uma descoberta: dentro dele havia mais outro livro, o que não adiantou muito a pesquisa, que resultou na mesma conclusão, a inexistência das 149 folhas. As folhas amarelecidas pelo tempo, enrijecidas, quebravam-se nas mãos cuidadosas do tabelião. Não existiam cópias, a falta de técnica de conservação do acervo era patente. Poucos funcionários da Prefeitura desde sua implantação, nestes anos todos, sabiam de seu valor. E mais uma vez ficou patente que o País não tem memória, a não ser a de pioneiros como Gelmires e Joaquim Gilberto.